

O ex-Ministro disse também que a "Ar-

versa de ato.

Credor dá mais

JORNAL DO BRASIL

Domingo

prazo a Brasil

Brasília — A decisão dos bancos credores de prorrogar por mais 140 dias o prazo para que o Brasil efetue apenas pagamentos de juros e adie as amortizações de sua dívida, que venceriam neste período, significa que as autoridades brasileiras terão até a metade do mês de janeiro do próximo ano, para avaliar calmamente o acordo que pretendem acertar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1986.

O País pagará mensalmente, nesse período, uma parcela em torno de 800 milhões de dólares, equivalentes aos juros da dívida externa. Enquanto isso, o Governo terá condições para adotar as medidas que ainda considera necessárias, segundo avaliação de uma fonte da área econômica. Essas medidas de ajustes praticamente já foram adotadas, com os cortes nos gastos públicos, de modo que a economia possa registrar um crescimento de 5% este ano.

A prorrogação obrigou o Brasil a aceitar, segundo fontes da área econômica, o monitoramento rigoroso da economia pelo FMI, a negociação plurianual e o reemprestímo de recursos que estão no Banco Central, a novas taxas (*re-lending*), pontos considerados inegociáveis por um grupo de parlamentares e economistas ligados ao PMDB. Os banqueiros garantem que esta foi a última prorrogação do acordo.

Ontem pela manhã, o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, que se encontra na Europa, manteve contato com o Palácio do Planalto, informando sobre o contato que teve com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière. O Ministro classificou a conversa de "muito boa", segundo o Subsecretário de Imprensa para Assuntos Econômicos do Palácio, Frota Neto, que falou com Dornelles. Nesse encontro, segundo Dornelles, Larosière informou-lhe que o Fundo havia enviado o comunicado aos bancos credores, dando-lhes um sinal para que prorrogassem o prazo concedido ao Brasil.

Segundo o Ministro informou, por telefone, a estratégia em relação ao FMI passa a ser a seguinte: no final deste mês, uma missão técnica do Governo brasileiro irá a Washington, levando os resultados obtidos pela economia brasileira em agosto. No início de outubro, a mesma missão retorna aos Estados Unidos, com os números relativos ao mês de setembro. Esses números deverão revelar para o FMI os resultados das medidas de ajuste implementadas pelo Governo brasileiro, nos últimos meses.

Ainda segundo Dornelles, em meados de

outubro, o Governo brasileiro e o FMI concluirão um "entendimento" relativo a este ano. Este entendimento significa um acordo informal entre as duas partes, sem que o Brasil tenha que enviar ao Fundo uma carta de intenções com metas estabelecidas, para serem alcançadas na economia. O Governo brasileiro queria evitar o envio de mais uma carta ao FMI, principalmente agora, às vésperas de eleições para as capitais.

Enquanto isso, negociadores brasileiros e do FMI vão discutir o acordo a vigorar em 1986 (*stand-by*), com a primeira definição de metas para a economia, sob responsabilidade do Governo da Nova República. Um técnico da área econômica comentou ontem que a decisão dos bancos de prorrogar o prazo concedido ao Brasil, para pagamento de amortizações da dívida, representa uma vitória do Ministro da Fazenda. O Ministro, com esta decisão dos bancos, conseguiu "desatar um nó" e abrir caminho para que o País acerte novo acordo com o FMI.

"Spreads"

Washington (Silvio Ferraz) — O Comitê de Credores aceitou reduzir em um ponto percentual os spreads (taxas de risco) sobre os empréstimos ao Brasil. As taxas diminuíram de 2 1/8 para 1 1/8, depois de 10 horas de negociação na terça-feira, seguidas de mais duas horas de reunião ontem entre os bancos credores, liderados pelo vice-presidente do Citibank, William Rhodes, e o presidente do Banco Central do Brasil, Antonio Carlos Lemgruber, o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, e o assessor econômico de Sarney, Paulo Roseemberg.

O pagamento pontual dos juros pelo Governo brasileiro e a coesão do trio de negociadores brasileiros foram os dois trunfos que facilitaram as negociações do Brasil com os credores. Agora, de acordo com o esquema traçado por Dornelles e Lemgruber, o Brasil ficará longe dos guichês dos bancos até o próximo ano, evitando pedir novos empréstimos.

O Presidente José Sarney iniciou, durante a audiência de 30 minutos concedida em Brasília ao Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Sérgio Correa da Costa, a coleta de dados para a redação do discurso que fará, no dia 23 de setembro, na abertura da 40ª Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque. O Embaixador fez um relato geral sobre as relações bilaterais e repassou com o Chefe do Governo o programa da visita que ocorrerá no período de 21 a 26 de setembro.